



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MAIARA GOMES FERREIRA**

**DISCURSOS DOCENTES E PLURALISMO RELIGIOSO NO CAMPO  
CURRICULAR: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA FORMAÇÃO E NA ATUAÇÃO.**

**RECIFE**

**2025**

MAIARA GOMES FERREIRA

**DISCURSOS DOCENTES E PLURALISMO RELIGIOSO NO CAMPO  
CURRICULAR: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA FORMAÇÃO E NA ATUAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Ciências Sociais da Universidade  
Federal de Pernambuco, como requisito parcial  
para obtenção do título de Cientista Social.

Orientador (a): Gustavo Gilson Sousa de Oliveira

RECIFE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Ferreira, Maiara Gomes.

Discurso docentes e pluralismo religioso no campo curricular: desafios e estratégias na formação e na atuação / Maiara Gomes Ferreira. - Recife, 2025. 46 : il., tab.

Orientador(a): Gustavo Gilson Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Sociais - Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Pluralismo religioso. 2. Sociologia da Educação. 3. Teoria do Discurso. I. Oliveira, Gustavo Gilson. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

MAIARA GOMES FERREIRA

**DISCURSOS DOCENTES E PLURALISMO RELIGIOSO NO CAMPO  
CURRICULAR: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA FORMAÇÃO E NA ATUAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Ciências Sociais da Universidade  
Federal de Pernambuco, como requisito parcial  
para obtenção do título de Cientista Social.

Aprovado em: 24/4/2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Gustavo Gilson Oliveira (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Jefferson Evânio da Silva (Examinador Externo)

Universidade Estadual da Paraíba

---

Prof. Ms. Silas Veloso Silva (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, eu agradeço a Deus, por ter me dado forças e coragem nos momentos difíceis.

A minha família, por todo apoio e incentivo.

Ao meu orientador, Gustavo Gilson, pela parceria, paciência, dedicação e por me guiar com maestria em cada etapa deste trabalho.

Aos meus amigos pelas trocas e pelo apoio nos momentos de angústia, cansaço e incerteza.

E, por fim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração deste trabalho e para minha formação.

Muito obrigada!

Maiara Gomes Ferreira

## RESUMO

O trabalho intitulado “**Discursos docentes e pluralismo religioso no campo curricular: desafios e estratégias na formação e na atuação.**” tem como objetivo analisar os discursos que vêm sendo enunciados por docentes em relação ao pluralismo religioso no currículo, com foco nos desafios e nas estratégias mobilizadas por professores em exercício e em formação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A pesquisa parte de uma abordagem pós-estruturalista, ancorada na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, e adota a combinação de métodos qualitativos e quantitativos para explorar os modos como as diferenças religiosas são tematizadas, silenciadas ou rearticuladas nos processos formativos. A metodologia incluiu um levantamento do tipo survey com 76 participantes e entrevistas semiestruturadas com docentes, sendo a análise orientada pelas categorias de lógicas sociais, políticas e fantasmáticas, conforme proposta da Escola de Essex. Os resultados evidenciam a pluralidade religiosa entre os sujeitos da pesquisa, a insuficiência de espaços formativos sobre o tema e a presença de tensões entre discursos de laicidade, normatividade religiosa e diversidade cultural. A investigação aponta que a articulação entre pluralismo religioso e currículo escolar segue sendo atravessada por silenciamentos, exclusões e antagonismos, mas também por práticas docentes que, ainda que precárias, buscam construir caminhos para uma educação mais plural, democrática e comprometida com os direitos humanos. O estudo contribui para os debates da Sociologia da Educação e das políticas curriculares no Brasil, reafirmando a necessidade de uma formação docente crítica, sensível à diferença e alinhada a projetos de educação inclusiva e emancipatória.

**Palavras-chave:** Pluralismo religioso; discursos docentes; currículo; Sociologia da Educação; Teoria do Discurso.

## ABSTRACT

This undergraduate thesis aims to analyze teachers' discourses on religious pluralism within the curriculum field, focusing on the challenges and strategies mobilized by school teachers and teacher in formation at the Federal University of Pernambuco (UFPE). Grounded in a post-structuralist approach, the study draws on Ernesto Laclau and Chantal Mouffe's Discourse Theory and combines qualitative and quantitative methods to explore how religious differences are addressed, silenced, or rearticulated throughout teacher education processes. The methodology involved a survey with 76 participants and semi-structured interviews with practicing teachers. The data were analyzed using the categories of social, political, and fantasmatic logics, as proposed by the Essex School. The findings highlight the religious diversity among the participants, the lack of adequate training on the topic, and tensions between discourses of secularity, religious normativity, and cultural diversity. The study demonstrates that the articulation between religious pluralism and the school curriculum remains marked by silencing, exclusion, and antagonism, while also revealing pedagogical practices that, although fragile, attempt to foster a more pluralistic, democratic, and human rights-oriented education. This research contributes to academic debates in the Sociology of Education and educational policy in Brazil, reaffirming the need for a critical and inclusive teacher education sensitive to difference and committed to emancipatory pedagogical projects.

**Keywords:** religious pluralism; teacher discourses; curriculum; Sociology of Education; Discourse Theory.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. METODOLOGIA.....	15
3. REVISÃO DA LITERATURA.....	19
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS .....	43

## 1. INTRODUÇÃO

A ideia central deste trabalho consiste em investigar até que ponto e como o processo de pluralização do campo religioso brasileiro tem influenciado o contexto das práticas curriculares (Lopes e Macedo, 2011; Ball, 1994) e como os diferentes discursos e identidades religiosas configurados por esse processo de pluralização tem contribuído para deslocar os modos de produção de subjetividade delineados pelo currículo e, ao mesmo tempo, têm sido deslocados pelos próprios discursos e práticas curriculares.

Desde meados dos anos de 1970 o Brasil tem vivenciado um rápido e intenso processo de declínio da hegemonia do catolicismo enquanto religião nacional/civil – mesmo que já não estatal ou oficial desde a Constituição de 1891 – e de diversificação e pluralização do campo religioso. Esse processo tem se caracterizado não somente pelo decréscimo marcante no percentual de católicos na população (de 91,8% em 1970 para 64,6% em 2010) e pela disseminação e crescimento numérico de outros grupos religiosos ou sem-religião, mas, também, pela crescente visibilidade e participação nos espaços e processos públicos de discursos e atores – individuais e coletivos – oriundos de ou relacionados a diferentes identidades (a)religiosas, como evangélicos, espíritas, ateus e agnósticos, religiões afro-brasileiras, indígenas e outras.

A crescente pluralização do cenário religioso brasileiro traz diversas implicações importantes para o campo da educação, essa pluralização tem gerado a emergência de novos atores políticos e a presença de novas lógicas discursivas nos processos de elaboração, revisão e implementação da legislação e das políticas públicas de educação nos contextos nacional, estadual e municipal. Um dos exemplos mais evidentes desse movimento foi a intensa atuação de parlamentares, lideranças e grupos de pressão relacionados a setores católicos, evangélicos, de religiões afro-brasileiras e de ateus/agnósticos, juntamente com representantes de movimentos sociais, técnicos e especialistas acadêmicos, nos debates acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) e de suas definições sobre a questão do ensino religioso nas escolas públicas (Oliveira, 2014; Fischamann, 2006; Cury, 2004). A pluralização religiosa também tem produzido implicações significativas para o próprio contexto das vivências e práticas cotidianas nos sistemas educacionais e nos espaços escolares. Enquanto se amplia a participação de “novos grupos religiosos” – especialmente evangélicos e (neo)pentecostais – na população, também se intensifica a presença de estudantes, familiares, docentes, funcionários e gestores vinculados a essas diferentes religiões nos contextos educacionais e escolares.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) preveja o ensino religioso nas escolas públicas, de forma que respeite a diversidade e a pluralidade religiosa, na prática, essa regulamentação enfrenta desafios para ser efetivamente implementada de maneira inclusiva e plural. Um dos principais problemas, atualmente, é o aumento da intolerância religiosa no âmbito escolar, em especial contra religiões de matriz africana. Todavia, como observa Candau (2010), a problemática da diversidade/diferença cultural assume aspectos e nuances bastantes próprias nos contextos latino-americanos, e especialmente brasileiro, uma vez que se trata de países de constituição colonial pré-moderna, de formação fortemente multicultural, mas, com uma reconhecida história de violência, subjugação, inferiorização e negação contra grupos e tradições culturais até recentemente desprezados pelo conhecimento oficial como, por exemplo, as tradições indígenas, de matriz africana, camponesas e das periferias urbanas. Ademais, a educação religiosa no Brasil está marcada por um desequilíbrio entre a teoria da laicidade e a prática, com desafios contínuos para garantir uma educação inclusiva e respeitosa a todas as crenças religiosas.

Apesar do reconhecimento da relevância do tema e do conjunto significativo de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos sobre as relações entre educação e diversidade cultural no Brasil, em anos recentes, ainda poucos estudos têm dedicado sua atenção especificamente à questão da diversidade religiosa no campo da educação. Essa lacuna torna-se mais grave se observamos que o país tem vivenciado um forte processo de pluralização do campo religioso, desde o final do século XX, e que esse processo tem transformado significativamente as características dos estudantes, familiares e educadores que convivem no espaço escolar.

Em posição alinhada com as ideias de teóricos como Laclau (2003), Glynos e Howarth (2007) e a Escola de Essex de Teoria do Discurso, este trabalho assume a perspectiva de que o conhecimento construído no trabalho de pesquisa é produzido a partir de um conjunto de condições e determinantes específicos, ou seja, não pretende fornecer precisões precisas ou confirmar hipóteses de forma determinista. Assim, a racionalidade retrodutiva é apresentada como uma forma viável de explicar os fenômenos sociais sem recorrer a explicações determinísticas, essa abordagem busca enunciar as condições que seriam necessárias para, ou que possibilitariam a ocorrência de determinado fenômeno. Por exemplo, enquanto este projeto busca investigar como se dão os processos de (des)articulação entre as identidades e discursos religiosos e os discursos curriculares do ensino fundamental, torna-se importante interrogar quais seriam as condições necessárias para que essa articulação seja possível. Quais as lógicas ou regras simbólicas evocadas para que essa articulação faça sentido.

O presente trabalho busca abordar o tema “Discursos Docentes e Pluralismo Religioso no campo curricular: desafios e estratégias na formação e na atuação”, levando em consideração sua relevância e sua contribuição na área da Educação e de sua diversidade. Tal tema se destaca pela sua importância em entender a crescente pluralização do cenário religioso no Brasil e suas implicações no campo da educação. Além disso, o crescente interesse pelos estudos do Pluralismo Religioso reforça a necessidade de estudos que contribuam para uma análise mais profunda e atualizada sobre o assunto.

Esse estudo, torna-se relevante, pois poderá contribuir para entender as conjunturas necessárias para a articulação entre os discursos curriculares e as características e demandas de diferentes identidades religiosas e além disso, propor reflexões e estratégias para integrar o discurso docente e o pluralismo religioso no currículo escolar de maneira inclusiva e prática. Dessa forma, espera-se que os resultados desse estudo auxiliem na formação de professores para lidar, de forma plena, com a diversidade religiosa a fim de promover uma educação mais inclusiva e respeitosa.

Segundo Paulo Freire (2005) a educação nunca é um processo neutro, ela implica e solicita dos professores um posicionamento político, pois a educação não pode ser vista como mera transferência de conhecimentos. Tendo em vista que a escola é um espaço crucial para o desenvolvimento e formação dos cidadãos para serem capazes de conviver em uma sociedade plural, com diferentes crenças, valores e culturas é importante ressaltar que existe uma relação entre pluralismo religioso e as práticas pedagógicas que revelam e enfrentam tensões e desafios no campo curricular e na formação docente. Dessa maneira, dentro dos estudos do campo curricular e pluralismo religioso interessa para essa pesquisa a discussão acerca do tema: “Discursos docentes e pluralismo religioso no campo curricular: desafios e estratégias na formação e atuação.” levando em consideração a questão da diversidade cultural e religiosa.

O Brasil contemporâneo é marcado pela pluralidade religiosa (Silva, 2017) e caracterizado como um Estado laico, que reivindica um ensino público com o reconhecimento das diversidades culturais, sem favorecer ou excluir nenhuma tradição (Brasil, 1988<sup>1</sup>). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também reforça a importância em abordar a diversidade religiosa no campo educacional/curricular, mas, apesar de sua relevância, estudos indicam que profissionais da educação ainda têm bastante dificuldade em implementar o tema

---

<sup>1</sup> Art. 215 da Constituição Federal, de 1988.

de forma adequada. Boa parte dessas dificuldades ocorrem por causa de lacunas na formação inicial dos docentes, pois, muitas vezes a formação desses docentes aborda de maneira insuficiente as competências necessárias para lidar, de maneira plena, com a pluralidade religiosa.

No contexto educacional brasileiro, o ensino religioso de caráter confessional, quando adotado, buscou-se tratar de uma tradição majoritariamente cristã, podendo silenciar outras expressões religiosas e mesmo a ausência da crença. Isso levanta questões éticas e pedagógicas: Como garantir que os discursos docentes e as práticas sejam alinhados com os princípios da diversidade religiosa e do Estado Laico?

Segundo Sacristán (2013) o currículo é um campo de disputa de narrativas e valores moldados por interesses culturais e ideológicos. A educação religiosa é, particularmente, sensível porque envolve o equilíbrio entre as tradições religiosas e o papel da escola como promotora da universalidade, respeito mútuo e tolerância (Candau, 2008). Além disso, observa-se que as sociedades plurais exigem habilidades para desenvolver diálogos e compreensão intercultural, muitas vezes ausentes nas práticas pedagógicas, fazendo surgir questionamentos importantes como: quais os empecilhos encontrados pelos docentes para integrar o pluralismo religioso no currículo da Educação Básica? Como a BNCC e o PNC orientam tais abordagens nas escolas e como os docentes interpretam essas orientações? Tais reflexões são urgentes, pois estão presentes em um cenário globalizado e polarizado. Assim, torna-se importante investigar como os discursos docentes e suas implicações no campo curricular promovem uma educação inclusiva, democrática e plural.

O projeto ora apresentado é desenvolvido a partir de uma perspectiva pós-estruturalista e pós-positivista de ciências sociais. Essa perspectiva, da forma conforme indicada por Laclau (2003), Glynos e Howarth (2007) e Oliveira, Oliveira e Mesquita (2013), implica em afirmar que o conhecimento construído no trabalho de pesquisa é produzido a partir de um conjunto de condições e determinantes específicos, que não se pretende capaz de prever precisamente – e conseqüentemente de confirmar hipóteses sobre – os processos sociais, e que se apresenta como um discurso ao mesmo tempo, contingente e crítico, igualmente aberto à contestação e ao debate. A metodologia a ser desenvolvida para a realização da pesquisa foi elaborada a partir dessa perspectiva e, mais especificamente, a partir da Teoria do Discurso formulada por Laclau e Mouffe (2001) e pela chamada Escola de Essex.

Glynos e Howarth (2007) procuraram desenvolver de modo sistemático uma reflexão sobre as implicações (anti-)epistemológicas e metodológicas da teoria do discurso, buscando

suprir o que alguns vinham identificando como um “déficit metodológico” na proposta de Laclau e Mouffe (2001). Esse esforço resultou no delineamento de quatro orientações gerais para a realização de pesquisas empíricas referenciadas nessa perspectiva:

- i) A eleição de um modelo de pesquisa focado no problema [problem driven research], em oposição ao enfoque na metodologia ou na teoria;
- ii) A adoção de um modelo de ciclos de racionalidade reprodutiva como constituinte tanto da lógica da descoberta quanto da lógica da justificação nas ciências sociais;
- iii) A adoção do conceito de lógicas – sociais, políticas e fantasmáticas – como unidades explicativas para a interpretação dos fenômenos de formação, reprodução e mudança dos discursos, identidades e práticas sociais, em contraste com noções como as de “causa”, de “mecanismo” ou de “interpretação”;
- iv) A utilização da perspectiva da articulação – em oposição às noções de representação ou subsunção – como modelo de relação entre as categorias e formulações teóricas e analíticas propostas pela pesquisa e os demais significantes e discursos presentes no campo e/ou enunciados pelos próprios sujeitos sociais.

A racionalidade reprodutiva pode ser apresentada como uma alternativa viável para produzir e validar explicações nas ciências sociais partindo das significações construídas pelos sujeitos, conforme a tradição hermenêutica, mas, sem se limitar exclusivamente a interpretar essas significações em seus contextos. A reprodução consiste em uma dinâmica de raciocínio em que o processo de construção de enunciados não parte de certas condições antecedentes para concluir suas consequências, como na dedução, nem parte de eventos específicos para enunciar uma regra, como na indução. Na lógica reprodutiva, o analista busca enunciar as condições que seriam necessárias para, ou que tornariam possível a ocorrência de determinado fenômeno. Por exemplo, na medida em que este projeto busca investigar como se dão os processos de (des)articulação entre as identidades e discursos religiosos e os discursos curriculares do ensino fundamental, torna-se importante interrogar quais seriam as condições necessárias para que essa articulação seja possível. Quais as lógicas ou regras simbólicas que são evocadas para que essa articulação faça sentido. A explicação de um fato investigado, assim, não implica em estabelecer uma “lei causal”, em demonstrar uma necessidade lógica absoluta ou em predizer que, dadas as mesmas condições, o fenômeno se repetirá obrigatoriamente. Implica simplesmente em afirmar que, para que a realidade observada seja constituída tal como ela se apresenta, certas condições foram e são necessárias. É importante destacar que pode haver diversos cenários que tornem viável uma mesma

realidade e que as condições de possibilidade indicadas podem ser necessárias, mas não suficientes per se, para produzir o fenômeno estudado. A enunciação das condições necessárias para que uma dada forma de organização simbólica e social da realidade, como um discurso curricular, por exemplo, seja possível ultrapassa – embora tenha sempre de partir desse ponto – a mera (auto-)interpretação que os sujeitos articulam sobre suas ações e seu contexto. A explicação oferecida por essa enunciação, entretanto, não permite sua formulação como uma lei causal ou generalizada, uma vez que ela não se inclina a fornecer predições ou padrões de regularidade que possam ser testados, nem busca forjar um modelo positivo e totalizado da realidade social ou educacional.

### **Objetivo geral**

Investigar como docentes em formação na UFPE e em atuação tem desenvolvido estratégias e práticas discursivas para lidar com a diversidade de identidades e discursos religiosos presentes no espaço escolar e como essa interação entre discursos religiosos e curriculares atua na constituição da subjetividade desses docentes e estudantes. Desse modo, este trabalho busca discutir como pluralidade religiosa é (ou não) problematizada nos currículos oficiais e nas práticas curriculares e como eles são apropriados e desenvolvidos pelas/os docentes das diversas disciplinas.

### **Objetivos específicos**

- a) Investigar como as problemáticas da diversidade, da diferença, do pluralismo religioso, da laicidade da educação brasileira e das incidências de novos discursos e movimentos religiosos – especialmente os chamados movimentos “neoconservadores” – vem sendo trabalhadas nos currículos e processos de formação docente nos cursos de pedagogia, Licenciaturas e da pós-graduação em Educação da UFPE;
- b) Analisar os discursos de docentes em atuação buscando investigar quais as estratégias desenvolvidas por esses docentes para articular as discussões propostas pelo currículo oficial (sobretudo em relação a temas como “conhecimento científico”, “diversidade étnico-cultural”, “participação política”, “discriminação racial”, “gênero”, “família”, “sexualidade” e “saúde”) diante da diversidade das culturas juvenis contemporâneas e das identidades e discursos religiosos presentes nos espaços escolares;

## 2. METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma Pesquisa Exploratória, de natureza qualitativa e quantitativa. A abordagem Qualitativa servirá para compreender as percepções, experiências e opiniões relacionados ao tema estudado. Enquanto a abordagem Quantitativa visa coletar, analisar e interpretar os dados numéricos. O presente trabalho foi realizado a partir de uma perspectiva pós-estruturalista e pós-positivista de ciências sociais, mais especificamente, a partir da Teoria do Discurso formulada por Laclau e Mouffe (2001) e pela chamada Escola de Essex. Tais perspectivas foram de fundamental importância para o prosseguimento desta pesquisa, pois os mesmos ajudaram a entender os processos sociais que se apresentam como um discurso contingente e crítico igualmente aberto à contestação e ao debate.

### **Estratégia de Produção de Dados**

Os dados foram produzidos de duas formas: Em primeiro lugar, foi feito um levantamento em Survey – utilizando a plataforma *Google Forms* – com estudantes dos cursos de Pedagogia, Licenciaturas e da Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A resposta aos questionários foi voluntária. Foram enviadas mensagens para os grupos de WhatsApp das turmas dos cursos focados, solicitando a participação e indicando o endereço eletrônico do questionário. O levantamento teve o intuito de investigar como os docentes em formação da UFPE tem desenvolvido estratégias e práticas discursivas para lidar com a diversidade de identidades e discursos religiosos no ambiente escolar. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 3 participantes docentes da área da educação, especificamente da área das ciências sociais, com objetivo de compreender as lacunas existentes na formação e atuação de docentes.

### **Instrumentos de Pesquisa**

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados contaram com um questionário estruturado elaborado com base em estudos prévios sobre o tema “Discursos docentes e pluralismo religioso no campo curricular” e alinhado com os objetivos específicos desta pesquisa. O Questionário foi dividido em 7 principais seções:

- **Seção Sociodemográfica:** Coletou informações gerais dos participantes como idade, gênero, formação atual, cor ou raça, renda familiar e qual Campus estuda.

- **Seção experiências religiosas:** Contém 2 (duas) perguntas fechadas contendo entre 2 e 10 alternativas com assinalação única para cada uma das perguntas.
- **Seção posição e opinião do respondente:** Contém aproximadamente 15 (quinze) questões fechadas, construídas a partir de uma escala Likert de 5 pontos sendo ⑤ Concordo totalmente e ① Discordo totalmente, abordando temas diversos como: Teorias da evolução, vida espiritual, luta política e desigualdade social, capitalismo, preservação do meio ambiente, lideranças religiosas, vida pública, história e cultura e negacionismo científico.
- **Seção conhecimento sobre história e as crenças:** Contém aproximadamente 15 (quinze) questões fechadas, construídas a partir de uma escala Likert de 5 pontos, sendo s: ⑤ Conheço muito bem; ① Conheço muito pouco ou não conheço); abordando diversas crenças.
- **Seção interesse em conhecer sobre a história e as crenças:** Contém aproximadamente 15 (quinze) questões fechadas, construídas a partir de uma escala Likert de 5 pontos, sendo ⑤ Muito interesse; ① Nenhum interesse, envolvendo diversas crenças religiosas.
- **Seção relações entre Educação e Religião:** Contém 2 (duas) questões fechadas com alternativas de assinalação única, abordando escola e suas práticas e experiências religiosas e conhecimentos científicos e crenças religiosas.
- **Seção Discriminação religiosa nas escolas:** Contém aproximadamente 7 (sete) questões fechadas, construídas a partir de uma escala Likert de 5 pontos, sendo ⑤ Com muita frequência; ④ Com alguma frequência; ③ Às vezes; ② Raramente; ① Nunca.

Em relação às entrevistas, contamos com o auxílio de uma plataforma QDA [*Qualitative Data Analysis*] para análise e interpretação dos dados. O roteiro foi estruturado com base em estudos prévios acerca dos temas: diversidade religiosa, educação laica, diferenças religiosas e ensino religioso. O roteiro foi dividido em 2 (duas) principais seções:

1. **Seção Sociodemográfica:** Coletou informações gerais dos participantes como idade, gênero e cargo atual.
2. **Seção perguntas direcionadas:** Com aproximadamente 11 perguntas abertas construída a partir da análise de Discurso de Laclau e Mouffe (2001) o questionário procura sublinhar como as disputas hegemônicas que ocorrem no campo educacional e

curricular promovem discursos e abordagens confessionais. Além disso, destaca-se a importância de promover práticas pedagógicas que problematize tais discurso e promova reflexão crítica sobre a diversidade religiosa.

A análise dos resultados do survey e da entrevista semiestruturada foi realizada conforme o referencial da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (Lopes, Oliveira e Oliveira, 2018; Oliveira et al, 2013), buscando articular alguns dos procedimentos e recursos técnicos e conceituais da Escola Francesa de Análise do Discurso (Oliveira, 2018; Maingueneau 1997a, 1997b). O procedimento da análise do discurso, na perspectiva apresentada, envolve um forte trabalho teórico e interpretativo, tanto no processo de identificar os mecanismos linguísticos e discursivos em ação no (con)texto – ethos, interdiscurso, enunciador, etc. – quanto no processo de observar como esses mecanismos revelam os discursos e processos discursivos articulados e mobilizados nele e através dele.

Os participantes das entrevistas foram escolhidos mediante um processo de amostragem intencional, o que é coerente e suficiente para um trabalho ao nível exploratório. Ademais, utilizou-se também o interdiscurso como mecanismo linguístico que envolve a interação entre diversas formações discursivas, responsável pela construção de sentidos do texto e o diálogo com discursos anteriores (Maingueneau, 2008). Valeu-se, também, do recurso do interdiscurso a partir da análise do discurso para compreender que o pesquisador não é um sujeito neutro que o enunciador, inserido em um contexto discursivo, influencia suas escolhas, dessa forma, a análise será realizada a partir da análise do discurso e conforme marcas do interdiscurso e formações discursivas proposto por Maingueneau (2008).

### **Estratégia de Análise de Dados**

Os dados produzidos através do Survey foram analisados e organizados por intermédio do software *Microsoft Excel*, que proporcionou uma categorização e tabulação das informações. Preliminarmente, os dados foram incorporados em planilhas, garantindo, assim, a integridade das informações e a padronização dos dados.

Para a categorização, recorreu-se à função “tabelas dinâmicas e filtros” com intuito de estabelecer critérios para pesquisa. Ademais, a análise foi complementada por gráficos gerados pelo próprio software, auxiliando na visualização dos dados e possibilitando interpretações claras e objetivas dos dados coletados. Assim, a abordagem metodológica garantiu uma ordenação sistemática dos dados e assegurou a confiabilidade das análises realizadas.

Para a pesquisa de natureza Qualitativa, os dados foram organizados e analisados utilizando o software *Miner*, as análises incluíram:

- **Importação:** Os textos foram inseridos no Software QDA Miner no formato Docx.
- **Preparação dos dados:** limpeza dos dados, revisão do material, definição do corpus, isto é, separação dos trechos que serão analisados e delimitação da análise.
- **Codificação:** criação dos sistemas de códigos e definição das categorias com base na fundamentação teórica, de forma indutiva (a partir dos dados coletados), atribuição de códigos aos trechos analisados, utilizando-se da função “realce e marcação” com intuito de identificar padrões.
- **Análise:** após a codificação, utilizou-se de tabelas e gráficos tomando como referência os códigos trabalhados para analisar a relação entre as categorias.
- **Relatórios:** exportação dos relatórios gerados pelo QDA Miner com detalhamento dos códigos e interpretação dos resultados
- **Validação e interpretação:** efetuou-se uma revisão dos códigos e uma comparação com estudos anteriores.

### **Limitações**

As principais limitações do estudo incluem dificuldades em integrar dados quantitativos e Qualitativos de forma flexível, o que pode gerar problemas mediante a Análise do Discurso de Laclau e Mouffe (2001) pois é preciso uma articulação entre os discursos. O uso do QDA Miner tem potencial para resultar em visões fragmentadas, indo em oposição à teoria do Discurso que permite debates interligados e articulados. Além disso, a abordagem Quantitativa pode tratar os dados com uma objetividade e uma verdade mais “absoluta”, o que pode entrar em contradição com as percepções da análise do discurso e as relações discursivas que estão sempre abertas a disputas e transformações.

### 3. REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo tem como objetivo apresentar mais detalhadamente o referencial teórico e os debates acadêmicos que referenciam e fundamentam a pesquisa. Busca-se, com isso, delimitar o campo conceitual e as principais perspectivas que orientam a análise dos dados produzidos. O enfoque se dá sobre a compreensão da formação docente e das práticas curriculares como espaços discursivos nos quais se articulam diferentes lógicas – sociais, políticas e fantasmáticas – a partir de disputas simbólicas em torno da diversidade religiosa.

A discussão será organizada em três partes principais. A primeira parte apresenta os fundamentos da Teoria do Discurso e sua contribuição para a análise das práticas educacionais. A segunda parte problematiza as articulações entre discurso, pluralismo e currículo, com destaque para os desafios enfrentados no campo da formação docente. A terceira parte aborda a intolerância religiosa no ambiente escolar e os limites e possibilidades da educação inclusiva, especialmente em contextos marcados por tensões e disputas confessionais.

Partindo de uma perspectiva pós-estruturalista, este capítulo adota como eixos centrais os trabalhos de Michel Foucault, Jacques Derrida, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e autores que, como Oliveira (2018), Lopes e Macedo (2011) e Maingueneau (2008), têm contribuído para a articulação entre discurso, poder, identidade e práticas pedagógicas. Essa base teórica permite não apenas compreender o currículo como um campo de disputas, mas também iluminar os modos como docentes em formação e em exercício lidam com os desafios da pluralização religiosa, como será discutido no capítulo seguinte.

#### 3.1. Uma análise crítica dos discursos docentes e das práticas curriculares

A Teoria do Discurso, ancorada nas contribuições da sociologia, filosofia e linguística, ganha relevo nas décadas de 1960 e 1970 com a virada pós-estruturalista, sobretudo a partir dos trabalhos de Michel Foucault e Jacques Derrida. As obras *Arqueologia do saber* (1969) e *As palavras e as coisas* (1966), de Foucault, bem como *A Gramatologia* (1967), de Derrida, contribuíram para deslocar a noção tradicional de linguagem como representação neutra da realidade. Esses autores demonstraram que os discursos são instáveis, multifacetados e permeados por relações de poder, abrindo caminho para a compreensão das práticas sociais – inclusive educacionais – como práticas discursivas.

Nesse contexto, a Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe nos anos 1980 e 1990, especialmente na obra *Hegemony and Socialist Strategy*

(1985), inaugura uma abordagem política da discursividade. Para esses autores, os discursos constituem campos de significação nos quais diferentes sujeitos disputam a hegemonia sobre sentidos e valores. No campo da educação, tal perspectiva permite compreender currículos, metodologias e práticas avaliativas como arenas de luta simbólica, em que saberes e identidades são legitimados ou marginalizados.

A partir dos anos 1990, a Teoria do Discurso passou a influenciar também os estudos sobre cultura, gênero e práticas pedagógicas. Stuart Hall e David Held, por exemplo, utilizaram o conceito de discurso para entender os processos de formação identitária e a constituição dos sujeitos nas sociedades contemporâneas. No âmbito educacional, a incorporação desses referenciais tem contribuído para a análise crítica das políticas curriculares e das dinâmicas de formação docente, como destacam diversos estudos no Brasil e na América Latina.

É nesse escopo que se insere a chamada Escola de Essex, da qual participam Laclau e Mouffe, e cujos desdobramentos metodológicos foram aprofundados por Glynos e Howarth (2007). Essa escola propõe a análise de três tipos de lógicas – sociais, políticas e fantasmáticas – como unidades explicativas para a compreensão dos processos de articulação, contestação e estabilização dos discursos. Essa abordagem foi mobilizada nesta pesquisa para analisar as estratégias discursivas dos(as) docentes diante do pluralismo religioso, como se verá no capítulo de resultados. Como afirma Oliveira (2018), a abordagem discursiva:

[...] permite observar as políticas e as práticas cotidianas que irão (re)configurar a realidade da educação; mais que isso, oferece instrumentos apurados para identificar e caracterizar os diferentes processos envolvidos nas dinâmicas – contínuas e coexistentes – de (re)produção, estabilização e contestação dessas práticas” (p. 170).

Nesse sentido, a perspectiva discursiva pós-estruturalista, adotada nesta pesquisa, afasta-se de concepções essencialistas ou evolucionistas da sociedade e dos sujeitos, assumindo que a realidade social é constituída por discursos que, ao mesmo tempo que estabilizam significados, estão sempre abertos à contestação. A noção de discurso, aqui, não se refere apenas a práticas linguísticas, mas envolve “as regras que estruturam a construção da materialidade” (Oliveira, 2018, p. 171). Ou seja, a realidade educativa é ela própria constituída discursivamente, como também são as subjetividades de docentes e estudantes.

Essa compreensão se articula com a concepção foucaultiana de discurso como mecanismo de poder que produz efeitos de verdade e processos de subjetivação. Foucault (1998, p. 7 apud Oliveira, 2018, p. 175) afirma que os discursos “não são, em si, nem falsos,

nem verdadeiros”, mas produzem realidades, subjetividades e verdades localizadas. De forma similar, Laclau (2000) e outros autores da Escola de Essex enfatizam que nada na realidade está fora do discurso, embora isso não implique negar sua materialidade. Como sintetiza Oliveira (2018, p. 176):

Não existe nada na realidade ou na experiência humana que não seja desde sempre constituído e não esteja intrinsecamente atravessado pelos processos discursivos que produzem a realidade, isso não significa – como foi reiteradamente enfatizado por Laclau (2000) e por outras autoras e autores da escola de Essex – negar a materialidade da realidade, mas afirmar que essa materialidade não pode ser realizada fora dos processos discursivos.

A Teoria do Discurso é, portanto, uma abordagem ontológica, comprometida com a análise da constituição dos sujeitos e da sociedade como processos contingentes, históricos e marcados por antagonismos. Essa perspectiva tem mostrado grande potencial para investigar o currículo e a formação docente, especialmente quando articulada à Análise do Discurso francesa, como nos trabalhos de Maingueneau (2008). Este autor concebe o discurso como prática social com regras próprias, associando-o à linguagem, mas também a outros artefatos simbólicos. Segundo ele, “[...] práticas discursivas e seus sistemas de restrições também integram outros artefatos simbólicos” (Maingueneau, 2008a, p. 23 apud Oliveira, 2018, p. 180).

A articulação entre a Teoria do Discurso e a Análise do Discurso francesa permite aprofundar a compreensão das disputas curriculares como formações discursivas, atravessadas por relações de poder e por antagonismos constitutivos. Um ponto de convergência entre Laclau e Mouffe e Maingueneau está na centralidade atribuída à oposição com o “outro” – o exterior constitutivo – que, na Teoria do Discurso, se configura a partir da noção de antagonismo.

Essas formulações teóricas sustentam a análise realizada neste TCC sobre os modos como docentes em formação e em exercício negociam sentidos, enfrentam conflitos e (re)significam sua atuação diante da diversidade religiosa. Como se verá no capítulo de resultados, essa dimensão conflitiva e discursiva da prática docente emerge de maneira significativa nas falas analisadas, evidenciando o valor heurístico da Teoria do Discurso para compreender as estratégias de articulação simbólica diante do pluralismo e dos dispositivos curriculares que o tensionam.

### **3.2. Discurso, pluralismo e currículo**

A partir das concepções apresentadas na seção anterior, é possível afirmar que o discurso constitui não apenas uma forma de representar o mundo, mas uma prática que produz e organiza o social. Isso implica compreender que categorias como pluralismo, diversidade e currículo são, elas mesmas, constituídas discursivamente, e, portanto, passíveis de disputa, negociação e rearticulação. No campo educacional, essa perspectiva permite analisar os sentidos atribuídos ao currículo e às práticas pedagógicas como produtos de formações discursivas atravessadas por relações de poder.

A noção de discurso proposta por Laclau e Mouffe (2015) fundamenta-se na ideia de articulação, definida como “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos”, sendo que “a totalidade estruturada resultante desta prática chamaremos de discurso” (p. 178). Nessa abordagem, os discursos não apenas refletem a realidade, mas a constituem, por meio da fixação contingente de sentidos. Isso rompe com a noção tradicional de currículo como um conjunto fixo de conteúdos e o reposiciona como espaço de disputa simbólica. Essa ruptura é reforçada pela crítica à separação entre práticas discursivas e não-discursivas. Para os autores:

[...] todo objeto é constituído como objeto de discurso, uma vez que nenhum objeto é dado fora de condições discursivas de emergência; b) qualquer distinção entre o que usualmente se chama de aspectos linguísticos e comportamentais de uma prática social ou é uma distinção incorreta, ou deve ter lugar como diferenciação na produção social de sentido, que é estruturada sob a forma de totalidades discursivas (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 180).

Essa compreensão é especialmente relevante quando aplicada ao campo da formação docente. A prática pedagógica, enquanto discurso, está imersa em múltiplas articulações que produzem sentidos sobre o que é ensinar, aprender, avaliar e conviver com a diferença. A formação docente, por sua vez, constitui-se como um espaço de disputa por significações hegemônicas em torno da identidade docente e do papel social da escola.

Neste ponto, torna-se imprescindível articular a noção de pluralismo ao campo curricular. De acordo com Houaiss (2001), pluralismo é a característica daquilo que é múltiplo ou diverso, e designa sistemas que reconhecem e valorizam a coexistência de diferentes ideias, grupos e culturas. Em termos educacionais, isso remete à necessidade de uma prática pedagógica que não apenas tolere, mas incorpore efetivamente a diversidade como valor constitutivo da formação humana e democrática. Essa ideia é reforçada por Mariano (2007), que observa:

É nesse mundo complexo e antagonico que a escola tem sido convidada a repensar suas configurações e sua estrutura. A escola e os cursos de formação de professores devem preparar alunos e professores para viverem e

atuarem em um mundo de mudanças e incertezas. Aliás, a única certeza que há, como mostram Kincheloe e Steinberg (apud Canem e Moreira), é que vivemos em um mundo inescapavelmente multicultural (p. 1).

A análise dos dados da presente pesquisa evidencia que essa complexidade multicultural aparece de maneira ambígua nas práticas e discursos docentes. De um lado, há o reconhecimento da necessidade de respeitar e acolher a diversidade religiosa; de outro, subsistem práticas que reproduzem estigmas e silenciamentos. Esse descompasso entre intenção e efetividade é sintomático das dificuldades de uma formação docente ainda atrelada a modelos universalizantes e pouco dialógicos.

Lopes e Macedo (2011) problematizam essa questão ao propor uma concepção pós-estruturalista de currículo. Para elas, o currículo é um campo de significações em disputa, no qual os sentidos sobre educação, cultura e diferença são constantemente rearticulados. A formação docente, nesse contexto, deve ser capaz de promover uma escuta sensível aos múltiplos discursos que circulam na escola, especialmente aqueles historicamente marginalizados. Lopes e Borges (2015) complementam essa análise ao afirmar:

A desestabilização a que nos referimos acontece na medida que os conhecimentos ensinados ao longo da formação docente são questionados, pois o modelo universal e hegemônico, que compõe a realidade educacional contemporânea, falha em acolher as diversidades e as realidades em que os sujeitos estão inseridos (p. 498).

Essa crítica ganha ainda mais força quando se observa a persistência de uma lógica curricular centrada em conteúdos e competências previamente definidos, como se houvesse uma única forma legítima de ensinar e aprender. A própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC), embora traga em seu texto o compromisso com a diversidade e os direitos humanos, muitas vezes se traduz, na prática, em padronizações que anulam o reconhecimento efetivo das diferenças.

A análise realizada nesta pesquisa mostrou que os docentes entrevistados, em sua maioria, percebem essa tensão entre o discurso oficial de valorização da diversidade e a realidade escolar marcada por exclusões, silenciamentos e disputas confessionais. Essa percepção reforça a necessidade de pensar o currículo e a formação docente não como respostas técnicas a problemas objetivos, mas como espaços de negociação simbólica e política, nos quais o pluralismo é continuamente produzido e disputado.

### **3.3. Conexões entre pluralismo e o campo curricular**

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 e 206, estabelece o direito à educação como condição para o pleno desenvolvimento do educando e para o exercício da cidadania, assegurando o princípio do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Esses dispositivos legais expressam uma visão ampliada de educação, comprometida com a diversidade de sujeitos, saberes e práticas. No entanto, a efetivação desse princípio no campo curricular permanece um desafio. A noção de currículo como campo de disputa é central na Teoria do Discurso. Laclau e Mouffe (1985) afirmam:

O que queremos destacar é que a política como prática de criação, reprodução e transformação de relações sociais não pode ser localizada num nível determinado do social, já que o problema do político é o problema da instituição social, isto é, da definição e articulação das relações sociais num campo atravessado por antagonismos (p. 236).

Esse entendimento permite analisar o currículo como uma prática política, atravessada por antagonismos e relações de poder que disputam a hegemonia sobre o que deve ser ensinado, como e para quem. No contexto brasileiro, essa disputa se expressa, por exemplo, na permanência de uma lógica eurocêntrica nos conteúdos escolares, que tende a marginalizar saberes e práticas indígenas, afro-brasileiras e religiosas não hegemônicas, mesmo diante de legislações como a Lei 11.645/2008.

Essa constatação foi evidenciada na presente pesquisa, em que docentes relataram tanto o desconhecimento quanto a dificuldade de implementar práticas pedagógicas que contemplassem de forma crítica e significativa a pluralidade religiosa em sala de aula. Esses relatos indicam não apenas lacunas na formação inicial e continuada, mas também o peso das hegemonias simbólicas que estruturam o campo curricular.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer as tentativas de ruptura com essas hegemonias. Como apontam Lopes e Borges (2015, p. 489), é necessário “assumir – com todos os riscos e dificuldades – um enfoque discursivo e pós-estrutural que tenta desconstruir tradições instrumentais e críticas no campo do currículo”. Isso exige uma postura política por parte de docentes, formadores e instituições, dispostos a enfrentar os antagonismos que atravessam a escola e a sociedade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao mesmo tempo que reivindica a promoção da diversidade, propõe uma estrutura baseada em competências e habilidades universais. Essa ambiguidade gera contradições na prática pedagógica, como observam documentos oficiais: “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”

(Brasil, 2018, p. 11), mas essa valorização tende a ser secundarizada em nome da eficiência, do controle e da padronização.

Como demonstrado nos relatos analisados, os docentes sentem-se frequentemente entre dois polos: de um lado, o compromisso ético-político com a pluralidade; de outro, as exigências normativas de um currículo prescrito que pouco dialoga com a realidade concreta das escolas.

### **3.4. Intolerância religiosa no ambiente escolar**

A sociedade brasileira é marcada por uma intensa diversidade religiosa, expressa tanto na coexistência de diferentes tradições quanto na pluralização interna de crenças e práticas espirituais. A Constituição Federal de 1988 garante a liberdade religiosa e o respeito à diversidade cultural, assegurando que o Estado brasileiro se constitua como laico. No entanto, apesar desse marco legal, a intolerância religiosa continua a se manifestar nos mais diversos espaços sociais, inclusive nas escolas.

Para enfrentar essa realidade, foi promulgada a Lei nº 9.459/1997, que altera a Lei nº 7.716/1989 e criminaliza a prática de discriminação por motivos religiosos. Ainda assim, a presença da intolerância religiosa no ambiente escolar revela um campo de contradições, tensões e disputas entre os princípios legais e as práticas cotidianas. Montero (2016, p. 61) observa que:

O controle dos conteúdos escolares tornou-se, desde então, um campo de disputas e articulações que opôs e aglutinou Estados, igrejas e organizações indígenas pela definição de um ensino que incluísse a valorização da etnicidade.

Essa observação destaca a relevância do campo educacional como espaço estratégico de construção de sentidos sobre a religião, a diversidade e a convivência democrática. Historicamente, a educação brasileira tem sido atravessada pela influência de modelos confessionais, desde a educação jesuítica no período colonial até as disputas em torno da regulamentação do ensino religioso nas últimas décadas. Mesmo após a separação formal entre Igreja e Estado, estabelecida com a Constituição de 1891, práticas pedagógicas alinhadas a visões religiosas majoritárias ainda se mantêm presentes.

Nesse contexto, a escola pode tanto reforçar estereótipos e exclusões quanto operar como espaço de acolhimento e valorização da diversidade. Como afirma Montero (2016, p. 60):

As instituições como a escola têm sido consideradas um espaço estratégico para reforçar, ao mesmo tempo, o ecumenismo ético entre as religiões e o senso de fraternidade e responsabilidade entre os jovens.

Entretanto, essa vocação pluralista das instituições escolares enfrenta desafios significativos. Um deles é a reprodução de práticas pedagógicas que, embora alegadamente neutras, favorecem visões religiosas dominantes, silenciando outras formas de crença ou não crença. Na pesquisa realizada, docentes relataram dificuldades em lidar com o tema da diversidade religiosa em sala de aula, expressando receios de conflitos, censura ou incompreensão por parte de colegas, estudantes e famílias. As tensões entre a formação religiosa dos sujeitos e as exigências de uma prática pedagógica pluralista compõem um cenário de disputas simbólicas, que podem resultar tanto em processos de (re)significação quanto em mecanismos de exclusão.

Anjos e Reis (2017, p. 69) pontuam que “a educação para o respeito à diversidade é negada em sala de aula, e ignorada no espaço educacional, no qual ao invés de promover a empatia promove e difunde violência e exclusão.” Essa constatação é corroborada pelos dados desta pesquisa, que apontam a permanência de práticas de silenciamento, bullying e exclusão associadas a manifestações religiosas minoritárias, especialmente de matriz africana. Além disso, observou-se que a formação docente, tanto inicial quanto continuada, não tem oferecido subsídios suficientes para que os educadores atuem de forma crítica, reflexiva e ética diante da diversidade religiosa.

É nesse ponto que a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015) oferece uma contribuição relevante, ao propor uma concepção de democracia radical e plural, baseada no reconhecimento dos antagonismos e na ampliação das lutas democráticas. Segundo os autores: “os direitos democráticos são direitos que só podem ser exercidos coletivamente, e que supõem a existência de direitos iguais para todos.” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 274)

Essa concepção desafia a escola a ir além da simples tolerância, buscando construir práticas pedagógicas efetivamente inclusivas, nas quais as diferenças não sejam apenas aceitas, mas também valorizadas como constitutivas da experiência social e educativa.

### **3.5. Obstáculos à implementação de uma educação inclusiva**

A ideia de uma educação inclusiva, especialmente no que diz respeito à diversidade religiosa, implica o reconhecimento da escola como espaço de formação integral dos sujeitos e de construção de uma sociedade democrática. No entanto, a concretização dessa proposta esbarra em múltiplos obstáculos – epistemológicos, institucionais, políticos e formativos.

Em primeiro lugar, é necessário superar a concepção restrita de inclusão, frequentemente associada apenas às pessoas com deficiência. A inclusão, como princípio pedagógico e político, diz respeito à garantia de acesso, permanência e aprendizagem de todos os sujeitos, em suas singularidades e diversidades. Segundo Saviani (2007 apud Lourenço; Andrade, 2024, p. 127), a educação deve atuar como instrumento de equalização social, contribuindo para a superação das distorções estruturais da sociedade. Contudo, tal perspectiva ainda é pouco assumida de forma concreta no cotidiano escolar.

Entre os principais desafios identificados está a formação docente. Muitos professores não recebem preparo adequado para lidar com temas como diversidade religiosa, identidade de gênero ou relações étnico-raciais. Essa lacuna repercute diretamente na capacidade dos educadores de promover práticas pedagógicas inclusivas. Como destacam Pinheiro e Nobre (2021, p. 28):

[...] a escola sendo um espaço para formação do indivíduo, precisa repensar suas ferramentas metodológicas de ensino-aprendizagem preparando crianças, adolescentes e jovens para uma formação integral com olhar mais crítico no sentido de minimizar os conflitos entre as religiões e crenças entre os indivíduos que têm a liberdade de expressão e escolha [...] o que deve existir é o amor pelo próximo sem exclusão.

Além da formação, as limitações estruturais das escolas, a escassez de recursos e a ausência de políticas públicas articuladas comprometem a efetivação da educação inclusiva. A BNCC e a LDB, embora apresentem avanços em termos de diretrizes, ainda se veem reduzidas a documentos de intenção, muitas vezes dissociados da prática.

Como observa Ferreira (2016, p. 313 apud Calazans, Silva e Nunes, 2021, p. 1652):

Essa base tem que ser compatibilizada a cada realidade escolar com suas características locais e, sobretudo, orientar e estimular uma prática pedagógica em sintonia com os estudantes [...] implica uma abordagem curricular inclusiva que transcende puramente o âmbito dos conteúdos disciplinares [...].

Entretanto, muitos docentes desconhecem ou não se sentem preparados para aplicar tais diretrizes. Silva (2018; 2021, p. 1653) aponta que há discentes, e até mesmo professores, que não estão cientes das alterações propostas pela BNCC, o que evidencia a fragilidade da sua implementação.

É importante lembrar, como estabelece o artigo 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. A educação inclusiva, nesse sentido, não é apenas um direito, mas um dever do Estado e da

sociedade. No entanto, como revelam os dados desta pesquisa, as práticas de inclusão ainda enfrentam resistências, omissões e violências simbólicas, sobretudo quando se trata da diversidade religiosa. Como sintetiza Mariano (2007, p. 5):

A educação é, necessariamente, uma prática cultural, porque, além de conter disputas de poder pela definição de qual conhecimento é considerado válido, envolve seres humanos que são produtores de cultura; lembremos que o ser humano se realiza na cultura.

Essa compreensão da educação como prática cultural e política reforça a necessidade de construção de uma formação docente comprometida com os princípios da equidade, da justiça social e do respeito às diferenças. A articulação entre currículo, pluralismo e diversidade religiosa – eixo central deste trabalho – exige, portanto, não apenas revisões teóricas, mas também transformações nas práticas formativas e institucionais.

A revisão da literatura desenvolvida neste capítulo buscou construir um arcabouço teórico-metodológico consistente com os objetivos da pesquisa, tomando como eixo central a articulação entre discursos docentes, pluralismo religioso e campo curricular. A partir de uma perspectiva pós-estruturalista, ancorada nas contribuições de Michel Foucault, Jacques Derrida, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, compreendeu-se que tanto o currículo quanto a formação docente são campos discursivos atravessados por disputas de sentido, lógicas de poder e antagonismos constitutivos.

Na primeira parte do capítulo, a análise centrou-se na Teoria do Discurso, destacando seu desenvolvimento a partir do pós-estruturalismo e sua consolidação como ferramenta crítica para compreender as práticas educacionais. A noção de discurso foi concebida não apenas como linguagem, mas como prática material que estrutura realidades e subjetividades. A partir das contribuições de Foucault e Laclau & Mouffe, evidenciou-se que a educação, como campo social, é constituída por lógicas discursivas que disputam a hegemonia sobre os significados de ensinar, aprender e conviver com a diferença.

A segunda parte da revisão aprofundou a articulação entre discurso, pluralismo e currículo. Com base em autores como Lopes, Macedo, Mariano e Houaiss, discutiu-se a importância de reconhecer o currículo como espaço de negociação simbólica, e não como estrutura fixa ou neutra. A partir da Teoria do Discurso, entendeu-se o currículo como prática cultural e política, em que sentidos sobre diversidade e formação docente são continuamente produzidos, tensionados e reconfigurados. A análise dos discursos legais e normativos (como os dispositivos da Constituição de 1988 e a BNCC) revelou uma ambiguidade entre a

valorização da diversidade e a padronização das práticas pedagógicas – tensão que aparece também de forma recorrente nos relatos analisados nesta pesquisa.

A terceira parte do capítulo discutiu os desafios colocados pela intolerância religiosa no ambiente escolar e os obstáculos à implementação de uma educação inclusiva. Com base nos trabalhos de Montero, Anjos e Reis, Pinheiro e Nobre, entre outros, analisou-se como a diversidade religiosa, embora reconhecida legalmente, continua sendo silenciada ou marginalizada no cotidiano escolar. Evidenciaram-se as dificuldades enfrentadas por professores na abordagem crítica da religiosidade em suas práticas, tanto pela ausência de formação quanto pelas pressões institucionais e sociais. A Teoria do Discurso mostrou-se, nesse contexto, especialmente potente para compreender as formas como a diferença é negociada, resistida ou rearticulada no interior das práticas docentes.

Ao longo da revisão, ficou claro que os discursos docentes não são neutros nem homogêneos: eles resultam de articulações precárias entre experiências pessoais, tradições religiosas, normativas curriculares e dispositivos institucionais. Essa constatação é fundamental para interpretar os dados empíricos apresentados no capítulo seguinte. Ali, as vozes dos(as) docentes – captadas por meio de survey e entrevistas – serão analisadas à luz dos referenciais discutidos neste capítulo, com especial atenção às lógicas sociais, políticas e fantasmáticas que atravessam suas falas e posicionamentos.

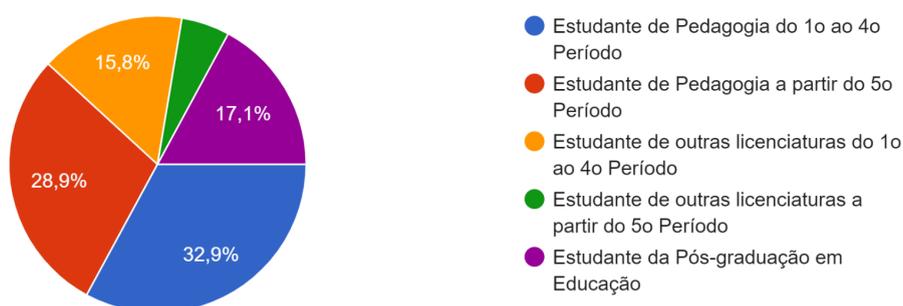
O próximo capítulo apresenta os resultados da pesquisa empírica, discutindo como os discursos docentes sobre pluralismo religioso se organizam, quais lógicas os sustentam e que estratégias de articulação são acionadas para lidar com as tensões entre fé, formação e prática profissional. A análise buscará evidenciar os modos como os(as) docentes significam a relação entre religião, currículo e diferença em suas experiências, apontando os efeitos dessas significações sobre suas escolhas pedagógicas, seus silenciamentos e suas resistências.

#### 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O levantamento quantitativo – de caráter exploratório – foi realizado com uma amostra de 76 participantes composta por participantes voluntários sem seguir um processo de seleção estatística ou aleatória, dessa forma, os resultados obtidos não possuem validade estatística rigorosa e não há intenção que essa amostra seja a representativa da população em geral. O levantamento foi realizado por meio de uma pesquisa do tipo Survey, com intuito de explorar de forma preliminar o tema, funcionando assim, como uma sondagem sem pretensões estatísticas abrangentes.

O questionário sociodemográfico abordou os aspectos gerais dos indivíduos. Destes, 78,9% mulheres cis, 19,7% homens cis e 1,3% não binário. Quanto à formação atual, os dados indicam que os estudantes do curso de pedagogia do 1º ao 4º período representam 32,9% do total, formando assim o maior grupo entre os participantes. O segundo maior grupo também é composto por estudantes de Pedagogia a partir do 5º período, representando aproximadamente 29% do total. Com um grupo menor, em comparação com os estudantes de Pedagogia, os estudantes de outras Licenciaturas que estão nos primeiros períodos (1º ao 4º) representam 15,8% do total e os estudantes de outras licenciaturas a partir do 5º Período representam 5,3% da amostra, enquanto os participantes que já completou a graduação e estão na Pós-Graduação em Educação representam 17,1%.

**GRÁFICO 1. Formação atual**



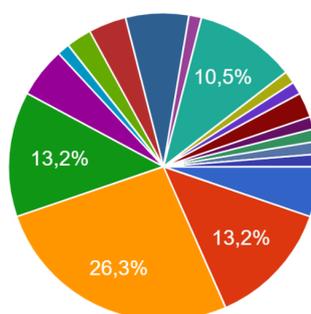
A predominância feminina reflete um dado estrutural da composição dos cursos de formação docente no Brasil e nos convida a considerar, com a Teoria do Discurso, como as identidades de gênero também são performadas e reguladas nos campos discursivos da educação. A presença de sujeitos diversos no que se refere à identidade de gênero e sexualidade também tensiona os sentidos normativos sobre quem é o professor, abrindo

espaço para uma leitura interseccional dos discursos docentes sobre pluralismo religioso. No que tange a distribuição dos estudantes entre os *campi* da universidade Federal de Pernambuco, percebe-se que na análise há uma predominância de respondentes do Campus Recife, abrigando 86,8% das amostras coletadas, enquanto o Campus Agreste representa apenas 13,2%. Tal diferença indica que o Campus Recife, por ser mais populoso, acabou sendo mais representado na pesquisa.

A distribuição por etapa de formação revela uma maioria de estudantes de pedagogia em diferentes períodos (62% do total) e uma presença expressiva de estudantes de outras licenciaturas e da pós-graduação. Essa composição permite observar como diferentes estágios da formação incidem na construção de sentidos sobre o papel da religião na prática docente. Conforme discutido por Lopes e Macedo (2011), o currículo não é apenas um conjunto de conteúdos, mas um campo de disputa discursiva que produz subjetividades. Nesse sentido, a própria formação docente se apresenta como um dispositivo discursivo no qual se articulam valores, crenças e políticas de identidade.

O Brasil é um Estado laico, mas pouco secularizado (Knoblauch; Valente G. 2022) e a religião está presente em diferentes instituições, seja de forma explícita ou não. O ensino religioso esteve presente sistematicamente na educação brasileira desde a colonização, com uma forte orientação da igreja católica romana a educação tinha como base 3 pilares principais: a Escola, a Igreja e a Sociedade. Essa realidade é refletida ao observarmos o pertencimento religioso dos respondentes.

**GRÁFICO 2. Pertencimento religioso**



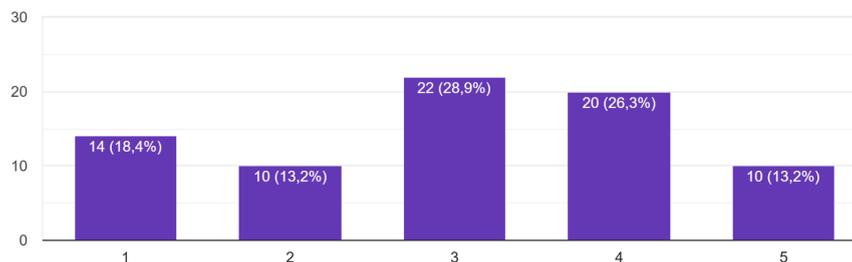
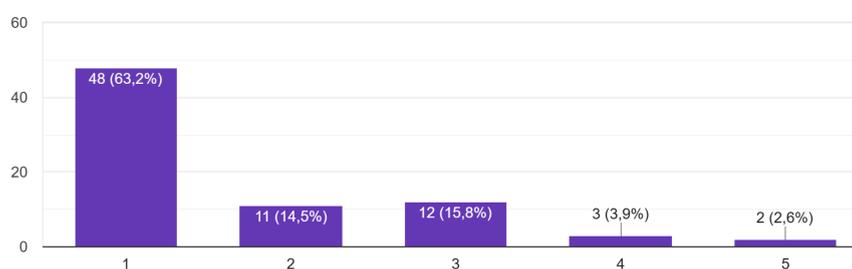
Os dados revelam um panorama diversificado e dinâmico da identificação religiosa, em primeiro lugar observamos que cerca de 26,3% das pessoas afirmam que acreditam em Deus e/ou em uma realidade espiritual, mas não se identificam com nenhuma religião

específica, esse grupo representa uma parcela significativa da amostra. Além disso, 13,2% das pessoas se identificam como agnósticas, sem convicção religiosa clara, e também não se vinculam a nenhuma religião. Com posição neutra em relação à religião, os agnósticos refletem na dúvida e na incerteza sobre a existência de realidades espirituais, indicando, assim, uma busca intelectual e o reconhecimento das limitações do conhecimento humano. Com identificação cultural com o catolicismo, 13,2% das pessoas se identificam como católico nominal ou não praticante, porém não faz parte da prática religiosa regular, como, por exemplo, frequentar missas. Por fim, 10,5% se identificam como desigrejadas, isto é, cristãs que não frequentam igrejas.

Embora o Brasil seja um Estado laico (sem religião oficial), a religião ainda tem forte influência na sociedade e na política. A secularização, ou o afastamento da religião em aspectos sociais e públicos, é limitada. Ou seja, a separação entre Igreja e Estado não é completamente efetiva, na prática. A pluralidade religiosa da amostra evidencia que o campo educacional não é homogêneo, e sim atravessado por distintas experiências de crença (e de não crença). Essa constatação permite uma leitura inspirada em Foucault (1998) e Laclau e Mouffe (2015), na medida em que os discursos religiosos e antirreligiosos emergem como práticas significantes que produzem sujeitos e relações de poder. A constituição de identidades religiosas nas falas dos participantes está marcada por um tensionamento entre vivências pessoais e regulações institucionais, revelando as lógicas de exclusão e de pertencimento que atravessam o campo escolar.

No que tange o conhecimento sobre história e as crenças, observamos que há um contraste muito grande entre o protestantismo tradicional e a jurema sagrada. Assim, o protestantismo tradicional, diante de sua longa história e tradição institucional, é expressivamente mais conhecido. Por outro lado, a jurema sagrada, enquanto tradição religiosa, enfrenta um cenário distinto e com elevados níveis de desconhecimento. Observe os gráficos a seguir, sendo ⑤ Conheço muito bem; ① Conheço muito pouco ou não conheço).

;

**GRÁFICO 3. Protestantismo tradicional****GRÁFICO 4. jurema sagrada**

Nesse contexto, é de suma importância destacar as leis Lei nº 10.639 e a Lei nº 11.645 que visam incluir e ampliar a obrigatoriedade no currículo da educação básica o ensino da história e cultura afro-brasileira. Tais legislações têm o intuito de valorizar e ampliar o conhecimento sobre as questões culturais, sociais e religiosas, porém isso não ocorre na prática, como observamos nos dados acima.

As falas coletadas evidenciam lacunas expressivas na formação inicial no que se refere à abordagem da diversidade religiosa. Muitos participantes relataram silenciamento, superficialidade ou ausência total do tema nos componentes curriculares. Essa ausência pode ser compreendida, com base na teoria de Laclau e Mouffe, como um efeito da hegemonia de certos discursos que naturalizam a exclusão de saberes minoritários. Lopes e Borges (2015) apontam que essa desestabilização do modelo hegemônico ocorre na medida em que os sujeitos começam a questionar os conhecimentos ensinados. Os dados aqui analisados confirmam essa dinâmica, indicando tanto resistências quanto acomodações nos processos formativos.

Essas questões vão ao encontro do interesse em conhecer sobre as crenças, conforme o levantamento de dados cerca de 26,7% dos respondentes têm interesse em conhecer sobre a jurema sagrada, em contrapartida, apenas 21,1% tem interesse sobre o protestantismo tradicional. Na busca para suprir o que alguns vinham identificando como um “déficit metodológico” a proposta de Laclau e Mouffe (2001) resultou quatro proposições

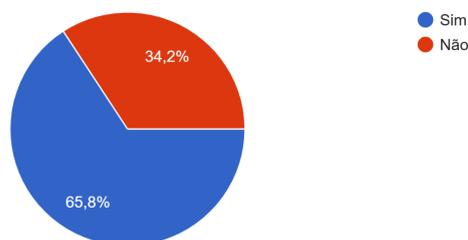
teórico-metodológicas, entre elas; A adoção do conceito de lógicas - sociais, políticas e fantasmáticas - como unidades explicativas para a interpretação dos fenômenos de formação, sustentação e mudança das identidades e práticas sociais. Diante das análises, observa-se que as lógicas, em especial a social, que se referem a regras, mas regras em articulação com regimes. Nesse sentido, é representada na busca da ampliação do ensino, valorização e reconhecimento da diversidade cultural e religiosa, afinal a lógica social busca recuperar os sentidos.

Diante do exposto, as experiências religiosas e a relação com a formação docente dos respondentes, observou-se que, em algum momento de sua trajetória, a formação religiosa entrou em conflito com aspectos ou elementos de sua formação escolar. Esse tipo de conflito pode surgir de diferentes formas e em diversos contextos, sobretudo na sociedade brasileira que a pluralidade e os valores devem seguir princípios laicos. Na entrevista de uma das professoras de sociologia, ela pontua que sua religião entrou bastante em conflito com sua formação acadêmica:

Bastante porque quando eu era de igreja comecei a questionar a igreja também foi modificando na vida escolar, a gente vai perdendo aquela ética protestante que o weber conseguiu dizer que estava muito ligada ao protestantismo (...) Eu ingressei lá na universidade com 16 anos, então estava nesse início de retomada da religião, foi mais nesse ambiente em que tive alguns impasses(...) no ambiente Universitário acho que isso foi um impacto que inclusive desgastou e me fez precisar recorrer às legislações para dizer: “olha eu tenho esse direito né de me afastar do mestrado para me recolher na minha religião passar tantos os dias recolhida eu tenho esse direito(...) então assim, todo um processo de racismo institucional, de racismo religioso uma mistura aí desses dois e na universidade já foi, já foi essa vivência né?!

Sobre a influência que a religião teve em sua formação e atuação docente, a professora pontua ainda que a visão religiosa influenciou sim sua atuação docente, nas palavras dela:

É inevitável (...) porque na minha visão eu venho de uma religião em que é uma prática como eu falei né? a partir de uma outra filosofia a partir de uma outra base né... humanitária mesmo que vem respeitando as diferenças (...) a religião que eu pratico ela consegue abarcar, então Acho interessante dizer que eu levo por conta disso porque se fosse o inverso né de uma prática excludente de religião de uma base excludente na perspectiva da própria construção da religião eu estaria infringindo os direitos humanos (...)

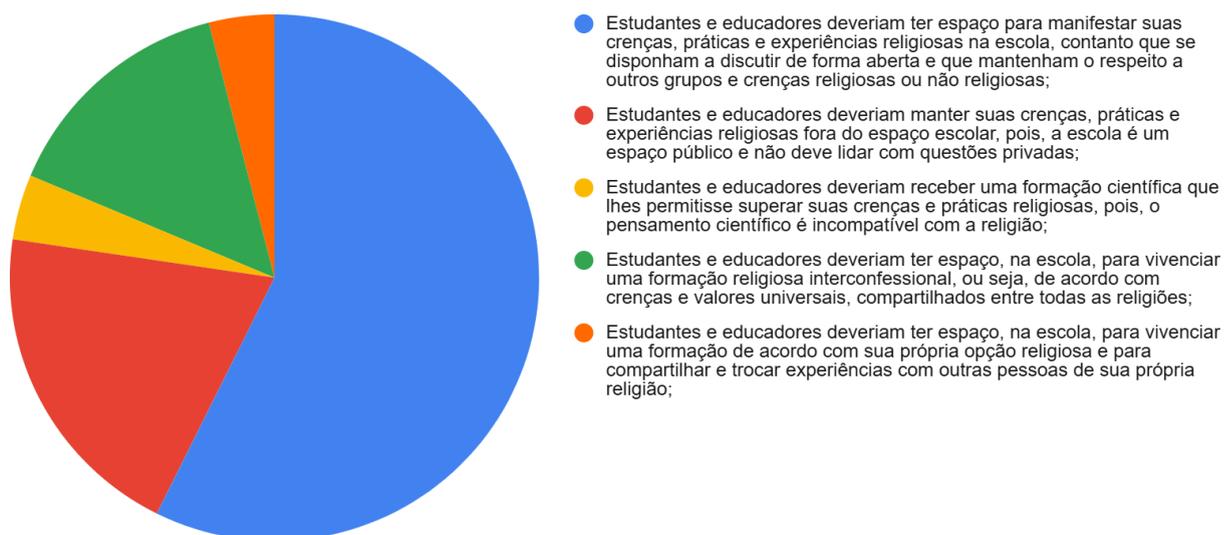
**GRÁFICO 5. CONFLITOS ENTRE FORMAÇÃO RELIGIOSA E FORMAÇÃO DOCENTE**

Essa perspectiva de conflito entre a formação religiosa, formação docente e atuação também pode ser observada entre os participantes do *survey*, conforme ilustrado no gráfico 5 uma parcela significativa (65,8%) acredita que em algum momento a formação religiosa entrou em conflito com a sua formação e/ou atuação docente. Os relatos quantitativos dos participantes quanto às experiências qualitativas da professora evidenciam que esse fenômeno mostra a complexidade entre a formação docente e a formação religiosa que podem gerar conflitos em relação à laicidade e crítica no ambiente acadêmico. Ademais, é necessário que as instituições estejam atentas às estratégias para promover e articular discussões propostas pelo currículo oficial.

A questão da diversidade cultural brasileira e de como ela é (ou não) representada e reconhecida nos documentos curriculares oficiais, nos materiais didáticos e nas práticas educativas no cotidiano escolar vem sendo crescentemente pesquisada e debatida em diversos trabalhos acadêmicos, no campo da Educação, nos últimos anos (Lopes e Macêdo, 2011; Moreira e Câmara, 2010; Candau, 2010; Macedo, 2009 e 2006). Todavia, como observa Candau (2010), a diversidade/diferença cultural assume aspectos e nuances próprias nos contextos latino-americanos, e especialmente brasileiro, pois é possível perceber presenças e ausências curriculares quando se trata de diversidade e pluralismo religioso. Oficialmente, segundo o Art.33 da Constituição Federal de 1988:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

No entanto, a proibição do proselitismo não é observada de forma coerente.



A distribuição do gráfico 6 discorre sobre como os estudantes e educadores acreditam que deveriam vivenciar a relação entre a escola e suas crenças no cotidiano. Assim, notou-se que 57,3% concordam que os estudantes e os educadores deveriam ter espaço para manifestar suas crenças, práticas e experiências religiosas na escola, contanto que se disponham a discutir de forma aberta e que mantenham o respeito, tal visão reflete a necessidade de a escola ser um espaço diverso e plural e acolha diferentes formas de expressões religiosas. Assim, com a tentativa de aproximar a discussão teórica à política curricular para a formação de professores, compartilhamos da perspectiva de discurso como uma totalidade relacional e no caso dos estudos das políticas curriculares, o discurso define como são os termos de um debate político, quais agendas e ações priorizadas, que instituições, diretrizes, regras e normas são criadas, portanto, produzem efeitos de posicionamento, autorização e restrição sobre os sujeitos que nela se constituem ou expressam (Lopes; Macedo, 2011a).

As entrevistas com docentes e as questões do *survey* revelaram uma ampla gama de posicionamentos frente à diversidade religiosa no ambiente escolar. Alguns professores relatam práticas inclusivas e conscientes; outros, inseguranças e contradições. A análise dessas falas à luz da Teoria do Discurso permitiu identificar lógicas políticas (de oposição entre crença e laicidade) e fantasmáticas (medo da perda de controle, da intolerância, ou do embate) que organizam esses discursos. Como observa Oliveira (2018), o discurso não apenas expressa, mas organiza a experiência social. Dessa forma, os relatos docentes são compreendidos como articulações instáveis, sujeitas a deslocamentos e rearticulações.

A crescente pluralização do cenário religioso brasileiro traz diversas implicações importantes para o campo da educação. A pluralização religiosa também tem produzido implicações significativas para o próprio contexto das vivências e práticas cotidianas nos

sistemas educacionais e nos espaços escolares por isso este trabalho investigou como os docentes em formação na UFPE e em atuação tem desenvolvido estratégias e práticas discursivas para lidar com a diversidade de identidades e discursos religiosos presentes no espaço escolar e como essa interação entre discursos religiosos e curriculares atua na constituição da subjetividade desses docentes e estudantes.

Em suma, esta pesquisa exploratória e sem fins generalistas, observou que os empecilhos enfrentados pelos docentes são diversos, desde a falta de uma formação específica até a falta de recursos e materiais didáticos. Os dados mostram um cenário complexo marcado pelas diversidades de identificações, conflitos entre a formação individual e acadêmica e a disparidade de conhecimento entre as diferentes religiões. O quadro a seguir ilustra alguns dos principais desafios enfrentados para garantir uma educação pluralista e respeitosa no Brasil.

**Quadro 1. Principais obstáculos que precisam ser enfrentados para garantir que a educação no Brasil seja pluralista e respeitosa em relação às diferentes tradições e crenças<sup>2</sup>**

<b>DESAFIOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>IMPACTOS NA EDUCAÇÃO</b>
Intolerância e Discriminação Religiosa	Conjunto de ideologias e atitudes ofensivas às crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas.	Ambiente escolar não inclusivo que intensifica a exclusão e o preconceito.
Ensino Religioso Confessional	Ensino religioso que professa uma religião específica.	Pode interferir na construção da identidade dos sujeitos e aumentar as práticas discriminatórias no ambiente escolar
Implementação de Ensino Pluralista	Dificuldade em garantir que o ensino religioso seja inclusivo e respeitoso.	Comprometimento do pluralismo e da neutralidade.
Desafios Institucionais e Infraestrutura	Falta de espaços adequados para o ensino do religioso plural.	Comprometimento da infraestrutura para um ensino respeitoso e plural.

A articulação entre os dados empíricos e o referencial teórico permitiu observar como os discursos docentes são atravessados por antagonismos e por disputas hegemônicas no

<sup>2</sup> Autoria: Maiara Gomes.

interior do campo curricular. A análise dos dados, especialmente das entrevistas e do levantamento survey, revelou a presença de lógicas sociais que tendem a normatizar a ideia de neutralidade religiosa na escola, frequentemente confundida com silenciamento das diferenças, e de lógicas políticas que buscam afirmar ou negar determinados credos a partir de regimes de verdade e legitimidade cultural. Além disso, observou-se a atuação de lógicas fantasmáticas, que mobilizam afetos como medo, culpa, orgulho e insegurança diante da possibilidade de conflitos inter-religiosos ou de censura institucional.

Esse conjunto de lógicas discursivas confirma a pertinência do referencial de Glynos e Howarth (2007), que propõem uma análise das práticas sociais a partir das lógicas sociais (relativa às normas estabelecidas), política (relativa à contestação e transformação) e fantasmática (relativa ao investimento libidinal e afetivo dos sujeitos nos discursos). No contexto desta pesquisa, essas lógicas nos permitiram compreender, por exemplo, como a ausência de formação sobre diversidade religiosa produz efeitos de silenciamento e evasão do tema, e como isso se articula com políticas institucionais que não asseguram espaço de debate e escuta.

A partir da teoria de Laclau e Mouffe (2015), os dados podem ser interpretados como expressões de disputas hegemônicas por significação. A diversidade religiosa não aparece como um dado neutro, mas como um significante flutuante que pode ser articulado a diferentes cadeias discursivas – ora como ameaça à laicidade, ora como expressão da cidadania plural. Essa flutuação foi visível nas falas dos docentes, que alternam entre o reconhecimento do pluralismo e a reprodução de normatividades religiosas ou seculares excludentes. Essa tensão, como aponta a literatura mobilizada na revisão, diz respeito ao caráter contingente e disputado das identidades e dos sentidos no currículo escolar.

O conceito de currículo como prática discursiva e cultural (Lopes; Macedo, 2011) também é mobilizado para reforçar que a seleção dos conhecimentos ensinados, a abordagem das religiões e mesmo a escolha do silêncio diante da diversidade não são neutras, mas resultado de escolhas políticas e culturais. Os dados da pesquisa mostram que, mesmo em contextos formativos que preveem o respeito à diversidade, prevalecem discursos que reafirmam uma lógica homogênea e normatizadora, desconsiderando epistemologias e cosmovisões não hegemônicas.

Ao compreender o currículo e a formação docente como campos de articulações discursivas, este estudo reforça a ideia, presente na obra de Foucault (1998), de que a escola é um espaço de produção de subjetividades, atravessado por disputas simbólicas que envolvem tanto o reconhecimento quanto a exclusão das diferenças. As estratégias docentes de

acolhimento, resistência, silenciamento ou deslocamento diante da diversidade religiosa podem, assim, ser lidas como formações discursivas que atualizam antagonismos presentes no campo educacional.

Essas articulações serão retomadas nas considerações finais, onde serão discutidas suas implicações para a formação docente, a política curricular e as possibilidades de construção de uma educação verdadeiramente plural, laica e comprometida com os princípios da democracia radical.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central investigar os discursos docentes sobre pluralismo religioso no campo curricular, com ênfase nas estratégias e nos desafios enfrentados por docentes em exercício e em formação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Partindo de uma perspectiva pós-estruturalista, especialmente da Teoria do Discurso formulada por Laclau e Mouffe e desenvolvida pela Escola de Essex, buscou-se compreender como os discursos religiosos e os discursos curriculares se articulam na formação de subjetividades e nas práticas pedagógicas contemporâneas.

No capítulo introdutório, foram delineados o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa teórica e social do estudo. Destacou-se o impacto do processo de pluralização religiosa no Brasil sobre os contextos escolares e a urgência de repensar a formação docente diante da diversidade de crenças e práticas religiosas.

O capítulo de metodologia apresentou a estratégia de pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e quantitativa, por meio de survey e entrevistas semiestruturadas, alinhando-se à racionalidade retrodutiva e à lógica articulatória proposta pela Teoria do Discurso. Essa combinação metodológica permitiu captar tanto padrões de percepção mais amplos quanto experiências subjetivas singulares, compondo um quadro analítico que privilegia o discurso como prática constitutiva da realidade social. A escolha pela Teoria do Discurso como aporte teórico-metodológico foi especialmente relevante por permitir a análise da linguagem não apenas como representação, mas como materialidade que estrutura os modos de ser e de agir na escola.

O capítulo de revisão de literatura construiu um arcabouço conceitual robusto, abordando a constituição discursiva do currículo, o pluralismo religioso, a educação inclusiva e os antagonismos que permeiam o campo educacional. Foram discutidas as noções de hegemonia, lógicas sociais, políticas e fantasmáticas, e o currículo como prática cultural em disputa, evidenciando a importância de compreender a escola como espaço de produção de subjetividades e de negociação simbólica. Também foram mobilizadas autoras e autores brasileiros como Lopes, Macedo e outras, cujas contribuições permitiram situar o debate no contexto das políticas educacionais brasileiras, com especial atenção à BNCC, à LDB e às diretrizes curriculares para a formação de professores.

No capítulo de resultados, os dados empíricos produzidos revelaram um cenário marcado pela pluralidade religiosa, pela ausência de formação adequada sobre diversidade e pelas contradições vivenciadas pelos docentes. As análises indicaram que muitos professores

reconhecem a relevância do tema, mas enfrentam insegurança, silenciamentos institucionais e lacunas curriculares. Verificou-se que os discursos docentes são atravessados por lógicas sociais (que regulam práticas naturalizadas), políticas (que articulam disputas confessionais ou laicas) e fantasmáticas (mobilizando afetos como medo e orgulho). As falas dos(as) docentes entrevistados(as) revelaram o peso das experiências religiosas pessoais em suas trajetórias formativas e profissionais, bem como o desafio de conciliar ética profissional, compromisso com a laicidade e respeito à diversidade de crenças. A pesquisa evidenciou também a tensão entre os dispositivos legais que reconhecem a diversidade (como a BNCC e a LDB) e as práticas escolares que frequentemente reiteram exclusões e estigmas, especialmente contra religiões afro-brasileiras.

Diante dos objetivos iniciais, este trabalho alcançou resultados relevantes ao demonstrar que a articulação entre pluralismo religioso e currículo escolar está longe de ser plenamente efetivada. A formação docente, ainda marcada por silêncios e normatividades, precisa ser tensionada a partir de perspectivas críticas e pluralistas. Ao promover uma análise teórica e empírica dos discursos docentes, a pesquisa contribuiu para compreender os desafios da constituição de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade e com a democracia radical. Nesse sentido, o trabalho reafirma a urgência de repensar o lugar dos estudos da religião nos currículos de formação de professores, de modo a promover espaços formativos nos quais a diferença não seja ocultada ou tolerada de forma passiva, mas assumida como elemento constitutivo das experiências escolares.

Do ponto de vista acadêmico, o trabalho contribui com os debates da Sociologia da Educação ao evidenciar como os discursos religiosos são elementos constituintes da cultura escolar e das identidades docentes. Reforça a pertinência da Teoria do Discurso como ferramenta analítica potente para compreender as disputas simbólicas no campo educacional. Para as políticas de currículo, o estudo oferece subsídios para repensar a formação inicial e continuada de professores, de modo a contemplar a complexidade do cenário religioso brasileiro e promover uma educação verdadeiramente laica e plural. Em tempos marcados pelo avanço de discursos religiosos conservadores nos espaços públicos e educacionais, esta pesquisa contribui para fortalecer projetos pedagógicos comprometidos com o pluralismo, os direitos humanos e a justiça social.

A pesquisa também abre caminhos para investigações futuras. É possível questionar por exemplo: Como diferentes grupos religiosos articulam suas demandas nas políticas educacionais? De que maneira os materiais didáticos tratam (ou omitem) a diversidade religiosa? Como os discursos sobre laicidade se transformam em contextos de avanço do

conservadorismo religioso? Como experiências de formação docente em contextos comunitários, movimentos sociais ou religiões de matriz africana tensionam o currículo hegemônico? Como a questão da diversidade e do pluralismo religioso vem sendo trabalhada em diferentes disciplinas – como História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Literatura, Artes e Ciências – presentes no ensino médio. Essas indagações apontam para a necessidade de aprofundar o diálogo entre religião, educação e política em contextos multiculturais e marcados por disputas hegemônicas. Estudos mais aprofundados em relação a essas questões podem revelar nuances e lacunas importantes para compreensão do tema nos currículos da formação docente e na atuação.

Por fim, é importante destacar que a realização deste TCC constituiu um exercício importante de formação acadêmica e profissional para a autora. A elaboração da pesquisa exigiu o desenvolvimento de competências analíticas, metodológicas e críticas fundamentais para sua inserção no campo da docência e da pesquisa em Ciências Sociais e Educação. Ao investigar os discursos docentes sobre pluralismo religioso, este trabalho não apenas produziu conhecimento relevante, mas também reafirmou o compromisso da autora com a construção de uma escola democrática, plural e acolhedora, em que todas as identidades possam ser reconhecidas e respeitadas.

## REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BALL, Stephen. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University, 1994.
- BALL, Stephen; BOWE, Richard. **Reforming education and changing schools. Case studies in policy sociology**. London/New York: Routledge, 1992.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17/02/2025
- BAUER, Martin; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BURITY, Joanildo. Republicanismo e o crescimento do papel público das religiões: comparando Brasil e Argentina. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, p. 199-227, 2011.
- BURITY, Joanildo. Teoria do discurso e educação: Reconstruindo o vínculo entre cultura e política. **Revista teias (UERJ)**, v. 11, n. 22, p. 7-29, 2010.
- BURITY, Joanildo. Teoria do discurso e análise do discurso: sobre política e método. In: WEBER, Silke e LEITHAUSER, Thomas (Org). **Métodos qualitativos nas ciências sociais e na prática social**. Recife: UFPE, 2007.
- CAPUTO, Stela. Ogan, adosuoje, egbonmi e ekedi – O Candomblé também está na escola. Mas como? In: MOREIRA, A; CANDAU, V. **Multiculturalismo. Diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CARNEIRO, Sandra. Religião, política e educação no Rio de Janeiro. *Revista Rio de Janeiro*, n. 13, 2006.
- CÁSSIO, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CALAZANS, Di Paula Prado; SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; NUNES, Cláudio Pinto. **Desafios e controvérsias da Base Nacional Comum Curricular: a diversidade em questão**. *Revista e-Curriculum*, v. 19, n. 4, p. 1650-1675, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2021v19i4p1650-1675> Acesso em: 10/03/2025.
- CARRANO, P. Identidades culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades. In: MOREIRA e CANDAU. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- COSTA, Marisa. Poder, discurso e política cultural: contribuições dos Estudos Culturais ao campo do currículo. In: LOPES, A; MACEDO, E. **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2005.
- CUNHA, Luiz. Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil – 1937/1997. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 131, p. 285-302, maio/ago. 2007.
- FONSECA, Lana. Você quer o fato científico ou o que eu realmente acredito? Os saberes dos alunos da escola pública. **A página da Educação**, Portugal, 01 mar. 2004.

GIUMBELLI, Emerson. **Religião e sexualidade: convicções e responsabilidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GOUVEIA, Samantha Lopes. Saberes compartilhados: **rodas de conversa e dialogicidade na educação física escolar**. 2024. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024

GOMES, Nilma. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, A; CANDAU, V. **Multiculturalismo. Diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2010.

JACOB, Cesar et al. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-Rio/Loyola, 2003.

GESTRADO. **Prática Pedagógica**. Gestrado, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://gestrado.net.br/pratica-pedag-gica/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: Toward a Radical**

HU ON-LINE. **A influência de Laclau e Mouffe no Podemos: hegemonia sem revolução**. IHU, São Leopoldo, 2015. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/169-noticias-2015/545696-a-influencia-de-laclau-e-mouffe-no-podemos-hegemonia-sem-revolucao>. Acesso em: 18 mar. 2025.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LOPES, A. Políticas de currículo em um enfoque discursivo: notas de pesquisa. In: LOPES, A; OLIVEIRA, A; OLIVEIRA, G. **A Teoria do Discurso na pesquisa em educação**. Recife: Editora UFPE, 2018.

LOPES, Alice; DIAS, R; ABREU, R. **Discursos nas políticas de currículo**. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. M. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, A; OLIVEIRA, A; OLIVEIRA, G. **A Teoria do Discurso na pesquisa em educação**. Recife: Editora UFPE, 2018.

LOURENÇO, Vagner; ANDRADE, Marli. **Impactos da pluralidade religiosa na educação brasileira: desafios e perspectivas**. *Caderno Intersaberes*, v. 13, n. 50, p. 125-146, 2024. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/issue/view/174>. Acesso em: 06 mar. 2025.

MACEDO, E. A educação e a urgência de “desbarbarizar” o mundo. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.17, n.3, p. 1101-1122, jul./set. 2019.

MACEDO, Elizabeth. Como a diferença passa do centro à margem nos currículos: o caso dos PCN. *Educação & Sociedade*, v. 106, p. 23-43, 2009.

MACEDO, Elizabeth. A diferença nos PCN do ensino fundamental. In: LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth. **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006a.

MADEIRA, Andréa. **Fé e Evolução: a influência de crenças religiosas sobre a criação do homem na aprendizagem da teoria da evolução com alunos do 3o ano do ensino médio**.

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, PUC-SP, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARIANO, André Luiz Sena. Anotações sobre religião e formação de professores. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**, n. 12, 2007.

MOREIRA, Antônio; CÂMARA, Michele. Reflexões sobre currículo e identidade. Implicações para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A; CANDAU, V. **Multiculturalismo. Diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MONTERO, Paula. **As associações inter-religiosas na construção do pluralismo religioso escolar no Brasil**. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 59-74, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i142p57-74>. Acesso em: 27/02/2025

NOVAES, Regina. Os jovens sem religião: ventos secularizantes, “espírito de época” e novos sincretismos. Notas preliminares. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, p. 321-330, 2004.

OLIVEIRA, Anna. Tolerância, piedade, imposição? O discurso pela diversidade sexual (re)articulado por professores/as e gestores/as no cotidiano escolar. In: Anais do **1º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação - 4º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação**, 2011.

NASCIMENTO, M. A. R.; LIMA, M. E. O. **Relações entre preconceito, ideologia e atitudes frente à educação inclusiva**. *Estudos de Psicologia* (Natal), Natal, v. 13, n. 3, p. 124-132, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/5mFyymwj3wsM5K7Sqt4VBTd/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

OLIVEIRA, Anna. Os estudos culturais e a questão da diferença na educação. **Revista Educação em Questão (UFRN)**, v. 34, p. 33-62, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo. Provocações para aguçar a imaginação/invenção analítica: aproximações entre a Teoria Política do Discurso e Análise do Discurso em Educação. In: LOPES; OLIVEIRA; OLIVEIRA. **A teoria do discurso na pesquisa em educação**. Recife Editora UFPE, 2018.

OLIVEIRA, Gustavo. As identidades cristãs e o currículo no Brasil In: **Anais do 1º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação - 4º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação**, 2011.

OLIVEIRA, Gustavo. **Pluralismo e novas identidades no cristianismo brasileiro**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFPE, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo; OLIVEIRA, Anna. Malditos os que tem fome e sede de justiça: discursos cristãos neoconservadores e lógicas neoliberais na educação brasileira. *Currículo sem Fronteiras*, v. 22, e1155, p. 1-25, 2022.

OLIVEIRA, G; OLIVEIRA, A; MESQUITA, R. A teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a pesquisa em Educação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre v. 38, n. 4, p. 1327-1349, 2013.

OLIVEIRA, Gustavo; XAVIER, Rebeca. O currículo como campo discursivo: caminhos e dilemas nas pesquisas sobre educação e movimentos sociais. In: MOREIRA, A. F. et al. (Orgs.). **Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas: tensões e perspectivas na relação com currículo e avaliação**. Rio de Janeiro: Endipe, 2020.

DIAS, Marian. O preconceito e os impasses da educação inclusiva. In: MARTINS, Edna; CÂNDIDO, Renata (Org.). **Na trilha da inclusão: deficiência, diferença e desigualdade na**

escola. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018. p.242. Disponível em:  
<https://www.alamedaeditora.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PINHEIRO, Laydiane do Socorro Nascimento; NOBRE, Mariléia da Silveira. **Intolerância e diversidade religiosa no ambiente escolar / Intolerance and religious diversity in the school environment**. ResearchGate, 2021. Disponível em:  
<http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.26134.47685>

RODRIGUES, Denise. Juventude sem religião: uma crise do pertencimento institucional no Brasil. **Teoria e Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 66-93, 2010.

SILVEIRA, Rosa. A entrevista na pesquisa em educação: uma arena de significados. In: COSTA, Marisa et al. **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROSENDAHL, Zeny. **Geografia e religião**. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 3-195. 1995.

SPOSITO, M. Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n. especial, p. 095-106, 2010.

SPOSITO, M. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. **Revista USP**, n.57, p. 210-226, 2003.

SPOSITO e SOUZA. Desafios da reflexão sociológica para a análise do ensino médio no Brasil. In: KRAWCZYK, N. **Sociologia do ensino médio: crítica ao economicismo na política educacional**. São Paulo: Cortez, 2014.

VIEIRA, Gláucia Aparecida; ZAIDAN, Samira. **Sobre o conceito de prática pedagógica e o professor de matemática**. Revista Brasileira de Educação Matemática, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 33-54, 2024.